

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.294 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2001

Sem as assinaturas necessárias, CPI da Corrupção é arquivada

Vinte deputados solicitaram à Secretaria Geral do Congresso, até a meia-noite de ontem, a retirada de seus nomes do requerimento que pede a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar atos de corrupção no governo, empresas privadas e órgãos regionais da União. Com isso, não se chegou ao número mínimo de 171 assinaturas de deputados para a confirmação da CPI. O requerimento das oposições é automaticamente arquivado.

PÁGINA 3



A sessão do Congresso foi convocada exclusivamente para a leitura do requerimento da instalação da CPI



Na sessão do Congresso, parlamentares da oposição protestaram contra o "acordão"

Oposição denuncia uso de verbas para retirar assinaturas

Os senadores Roberto Requião, Eduardo Dutra, Ademir Andrade e Geraldo Cândido, além da senadora Heloísa Helena, acusaram o governo de liberar verbas públicas para obras de interesse de parlamentares em troca da retirada de assinaturas do requerimento da CPI da Corrupção.

PÁGINA 4



Santos expôs sua preocupação ao presidente da Abert

Violência em horário nobre da TV preocupa presidente da CE

PÁGINA 8



Saturnino diz que vai propor punições no relatório

Relator descarta arquivamento de processo sobre violação do painel

PÁGINA 2

Ação antiética cresce no país, lamenta Suplicy

PÁGINA 2

Saturnino descarta arquivamento do processo sobre violação do painel

Relator afirma, em resposta a advogados de Antonio Carlos Magalhães, que “este não é um julgamento judiciário, e sim uma questão política – as provas judiciárias não têm valor decisivo”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) descartou ontem qualquer possibilidade de arquivamento das investigações sobre a participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) na violação do painel eletrônico de votações do Senado. O arquivamento foi pedido ao relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pelos advogados de Antonio Carlos, Luiz Vicente Chernichiaro e Márcio Thomaz Bastos.

– Os argumentos dos advogados são de natureza jurídica, mas este não é um julgamento judiciário, e sim uma questão política. As provas judiciárias têm valor, mas não um valor decisivo – ponderou Roberto Saturnino.

O relator do processo disse que a defesa feita pelos advogados, em

que eles argumentam que não houve alteração dos votos durante a sessão que cassou o senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado, é bem construída. Os advogados afirmam ainda que não existem provas do envolvimento de Antonio Carlos na violação do painel e, por isso, entendem que não houve quebra do decoro parlamentar, o que justificaria o pedido de arquivamento da investigação.

Saturnino garantiu que irá propor punições em seu relatório, a



Roberto Saturnino: relatório será apresentado na próxima quarta-feira

ser divulgado na próxima quarta-feira. “Tem gente dizendo que nesta fase não cabem as propostas de punição, mas eu discordo e vou apresentá-las”, declarou. O gabinete do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) informou que a defesa que ele vem preparando será entregue ao relator nesta segunda-feira.

O Conselho de Ética foi acionado pelas oposições para investigar se o senador Antonio Carlos Magalhães feriu o decoro parlamentar em sua conversa com três

procuradores da República, em fevereiro passado. No encontro, ele afirmara que conhecia os votos dados na sessão secreta, o que levou inclusive o Senado a contratar a Universidade de Campinas para investigar os computadores do painel – seus peritos confirmaram a violação.

Funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) admitiram que foi retirada uma lista de votação do painel e a ex-diretora do órgão Regina Célia Borges sustentou no Conselho de Ética que agiu assim a pedido do senador José Roberto Arruda. Este, por sua vez, teria dito a Regina Borges que falava em nome de Antonio Carlos Magalhães, à época presidente do Senado.

Álvaro: FGTS para pagar faculdade pode ser votado já

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem acreditar numa tramitação mais rápida de projeto de sua autoria que permite a trabalhadores cursando faculdades particulares sacar parte do seu FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para quitar suas mensalidades escolares. A medida, afirmou, preenche uma lacuna deixada pelo Programa de Crédito Educativo do governo, que não consegue atender a todos os estudantes que dele necessitam.



Álvaro Dias vê lacuna do crédito educativo

O otimismo

do senador paranaense com a tramitação do seu projeto foi manifestado após o Plenário aprovar requerimento de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 131/99 e 18/2000 dos de nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999, todos tratando de mudanças no FGTS.

Como as mudanças propostas naqueles projetos são de natureza complexa, Álvaro Dias acha que o seu ficará menos “carregado” e poderá ter uma tramitação mais rápida.

O Plenário também decidiu atender a requerimentos da senadora Marina Silva (PT-AC) e a um outro do senador Romeu Tuma, ambos propondo a tramitação conjunta de projetos que asseguram ao idoso desconto ou acesso gratuito a eventos culturais, desportivos, recreativos e a salas de cinemas.

Suplicy lamenta sentimento crescente de impunidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem, em Plenário, o sentimento crescente de impunidade, banalização do crime e abandono de princípios de honestidade que assola o país. “Existe um elo invisível entre o político que abusa da imunidade parlamentar para burlar a lei, o cidadão que pára em cima da faixa de pedestre e o bandido que mata”, observou, argumentando que todos estão unidos pelo fato de terem descumprido a lei e se comportado de forma antiética.

Ao defender o respeito incondicional à lei, preceito que considera fundamental para a vida em sociedade, Suplicy invocou os desdobramentos da apuração da fraude no painel eletrônico do Senado. Reafirmando sua impressão de que os senadores

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) não revelaram toda a verdade sobre seu envolvimento no episódio, o senador petista sustentou que ambos transgrediram não só a Constituição, mas o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Preocupado com os rumos da investigação, Eduardo Suplicy fez um alerta “sobre um movimento gravíssimo visando à impunidade e ao acobertamento” dos fatos examinados pelo Conselho de Ética. E advertiu que o governo estaria adotando postura semelhante ao tentar impedir a instalação da CPI da Corrupção. “Espero que o presidente Jader Barbalho tenha um comportamento consistente com o que anunciou quando assinou o requerimen-

to da CPI”, declarou.

Em aparte ao parlamentar petista, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lançou dúvidas sobre a hipótese de não haver interesse pela lista de votação após a cassação de Luiz Estevão. Rocha questionou qual teria sido a postura do então presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, se o resultado da sessão fosse favorável a Estevão. “Será que ele usaria a lista para anular a votação?”, indagou.

Rocha também condenou a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de interferir na vontade dos parlamentares e tentar inviabilizar



Suplicy alerta para “movimento gravíssimo visando à impunidade e ao acobertamento”

a CPI da Corrupção. Na sua opinião, essa CPI não pode ser vista como “desestabilizadora” do país. “Ela pode ser ruim para o governo, mas não para o país”, afirmou, confiando na disposição do Senado de “encarar essa situação de frente e, com sensatez política, instalar a CPI”.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Requerimento para instalar CPI é arquivado

Vinte deputados solicitaram até a meia-noite de ontem a retirada de seus nomes do documento que pedia a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar atos de corrupção no país

Exatamente 20 deputados solicitaram à Secretaria Geral do Congresso, até a meia-noite de ontem, a retirada de seus nomes do requerimento que pede a criação da CPI para apurar corrupção no governo, em empresas privadas e órgãos regionais da União. Com isso, não se chegou ao número mínimo de 171 deputados para confirmação da CPI, o que levou o requerimento das oposições ao arquivamento. No final, ele obteve 162 assinaturas de deputados e 29 de senadores. Ou seja, faltaram assinaturas de deputados, mas não de senadores.

A listagem com os nomes dos deputados foi entregue às 23h50 ao secretário-geral do Senado, Raimundo Carreiro, pelos deputados Juthay Magalhães, líder do PSDB, e Ricardo Barros (PPB-PR), vice-líder do governo na Câmara. Eles disseram à imprensa que existe uma segunda lista, com 15 nomes de deputados, os quais autorizaram a retirar suas assinaturas apenas "em caso de necessidade".

Jader Barbalho diz que convocou Congresso para atender oposição

O presidente do Senado, Jader Barbalho, afirmou ontem que convocou o Congresso para a leitura do requerimento de criação da CPI da Corrupção a pedido da própria oposição, que não queria deixar a leitura para a próxima semana. Ele negou a participação em acordo com lideranças governistas para impedir a criação da comissão.

— Considero-me injustiçado pela versão de participar de uma "armação". Apenas atendi aos apelos dos primeiros signatários da proposta, que são da oposição. Tudo foi feito dentro do Regimento e atendendo à oposição — ressaltou.

Segundo Jader, agora só há duas alternativas para a CPI: ou é instalada ou o pedido é arquivado, se o quórum constitucional for afetado pela retirada de assinaturas. Nessa fase do processo, completou, o requerimento não pode ser devolvido aos autores.

— Não estamos fazendo qualquer concessão, mas apenas cumprindo



Líderes dos partidos de oposição acompanharam a entrega da lista.

Por volta de 22h30 de ontem, ao deixar o Congresso, o presiden-

te do Senado, Jader Barbalho, afirmou que a reação dos partidos que apóiam o governo, os quais conseguiram convencer correligionários a retirar seus nomes do requerimento, "estimula a reunificação da base governista". Ele lembrou que bastaram 24 horas de ação do governo para o panorama mudar no Congresso.

O requerimento de instalação da CPI havia sido lido na sessão da tarde do Congresso Nacional, convocada pelo presidente Jader Barbalho. No final da manhã, os líderes do governo na Câmara e no Congresso já tinham garantia de que mais de 10 deputados retirariam as assinaturas do requerimento. Jader Barbalho afirmou à imprensa que decidiu convocar a sessão para ontem à tarde a pedido das oposições (*veja matéria abaixo*).



Jader: "Tudo foi feito dentro do Regimento"

o Regimento. Não se trata também de interpretar o Regimento pela primeira vez, e sim de posição orientada por decisões anteriores — disse.

Jader rejeitou, em tese, o uso de verbas orçamentárias como meio de pressão política. Ele disse que não tinha indicações sobre a eventual negociação pelo governo da liberação de verbas em troca da retirada de assinaturas do requerimento da CPI. Mas considerou "uma injustiça contra o Congresso criticar um parlamentar por lutar por verbas para seu estado ou município".

— Sempre considerei indevido criticar parlamentares por reivindicarem a execução do orçamento. Depõe injustamente contra o Congresso o fato de um parlamentar lutar para alocar recursos para uma escola, por exemplo, incluir a proposta no orçamento e depois, quando ele consegue a liberação dos recursos, ser apresentado como um desqualificado — argumentou.



Na sessão do Congresso, parlamentares da oposição levantam faixa em protesto contra o chamado "acordo" para inviabilizar a CPI

Povo julgará parlamentares e governo, afirma Geraldo Cândido

"A sociedade vai ser o principal juiz, ela é quem vai julgar esses parlamentares e o governo federal", afirmou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ao final da sessão do Congresso realizada na tarde de ontem, na qual foi lido o requerimento para instalar a



Cândido: "O governo está tentando esconder alguma coisa"

CPI da Corrupção. Ele fez o comentário baseado em informações extra-oficiais que circularam na Câmara e no Senado, dando conta de que o governo conseguiria retirar do pedido número suficiente de deputados para inviabilizar a instalação da comissão mista.

Após a leitura do requerimento, os opositores da CPI teriam até a remessa do documento ao *Diário do Congresso* — prevista para a meia-noite — para convencer senadores e deputados a retirarem seus nomes do pedido de instala-

ção da CPI. O requerimento foi protocolado com 183 assinaturas de deputados e 29 de senadores. O número mínimo exigido regimentalmente é de 171 adesões de deputados e 27 de senadores.

Na opinião de Geraldo Cândido, o fato de o governo federal ter chegado a convocar o Ministério e seus líderes no Congresso para tentar inviabilizar a CPI demonstra que "está tentando esconder alguma coisa". Ele citou como exemplo do empenho do governo o fato de o deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ) ter pedido licença do cargo de ministro do Trabalho e Emprego para reassumir sua cadeira na Câmara e, com isso, provocar a retirada da assinatura no requerimento da sua suplente Alcione Ataíde (PPB-RJ).

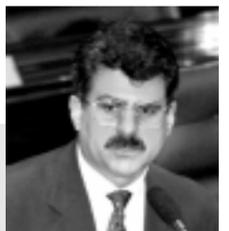
Jucá garante que não há "negociações escusas"

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, repudiou as notícias de que um grande acordo de bastidores estaria em curso, envolvendo recursos públicos, para evitar a instalação da CPI da Corrupção.

Falando em nome do governo, Jucá afirmou que não há qualquer tipo de "negociata" por parte do Executivo em torno de emendas parlamentares. Ele explicou que, todos os anos, quando chega o momento de o governo fazer as liberações dos recursos alocados para as emendas individuais ou coletivas, "a oposição inicia essa cantilena dizendo que as liberações são em função de negociações escusas".

— Vamos barrar a CPI pois ela é inconstitucional, seria um desserviço ao país e se transformaria em palanque eleitoral. Dizer que há negociata é agredir a seriedade do governo do presidente Fernando Henrique e dos parlamentares, porque eles jamais se prestariam a esse tipo de atuação — disse Jucá.

O líder do governo acrescentou que se algum parlamentar colocou sua assinatura no pedido de instalação da comissão e deseja retirá-la, esse "é um direito democrático".



Jucá: "Vamos barrar a CPI, pois ela é inconstitucional"

Oposição procura um palanque eleitoral, opina Moreira Mendes

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu a posição do governo de se opor à instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para apurar denúncias de irregularidades na administração pública. Para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem tomado todas as providências cabíveis para apurar as acusações que surgiram. "A CPI é desnecessária", opinou.

Ele afirmou haver "exagero da oposição" em sua insistência de

instalar a comissão. "O que querem os parlamentares opositores é transformar a comissão num palanque eleitoral, um ano antes do período adequado para as campanhas. Ou talvez usar a comissão como um tribunal de inquisição para apurar heresias", acrescentou.

HOMENAGEM

Moreira Mendes prestou homenagem à Rede Amazônica de Televisão por prêmio que recebeu da rede internacional de TV CNN.



Moreira: "Talvez queiram usar a CPI como um tribunal de inquisição para apurar heresias"

A programação da emissora foi avaliada como de relevância cultural e social, pela qual recebeu certificado por excelência na atividade (*certificate of notable activity*). Entre as seis redes premiadas, a Amazônica ficou em terceiro lugar, disse o senador.

Ademir critica ação do Executivo para impedir CPI

Senador diz que pressão por retirada de assinaturas do requerimento é uma prova de que FHC teme a comprovação de irregularidades

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) condenou ontem a liberação de verbas públicas pelo governo em troca da retirada de assinaturas de deputados do requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção. A estratégia do governo, noticiada por vários jornais, seria, na opinião do senador, uma prova de que o presidente Fernando Henrique Cardoso teme a comprovação de irregularidades pela CPI, que investigaria, entre outros temas, as circunstâncias em que se deu a privatização de empresas estatais como a Telebrás.

— Não sei o que é mais sujo e antiético: violar o painel eletrônico de votações ou assinar um requerimento de CPI de olho nas vantagens a serem obtidas com a retirada da assinatura — disse Ademir. Para



ele, a atuação dos parlamentares que retiraram seus nomes do requerimento deve ser investigada pelos Conselhos de Ética da Câmara dos Deputados e do Senado, com base na suspeita de quebra de decoro.

Ademir Andrade observou que a ação de Fernando Henrique é ostensiva, chegando ao ponto de tirar do cargo o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles (PPB-RJ). Este já reassumiu sua vaga de deputado, tendo conseguido retirar do requerimento a assinatura do seu suplente e impedir mais quatro deputados de assinarem o pedido da CPI.

Outra atitude condenável de Fernando Henrique teria sido ameaçar tratar como “inimigos” os que derem apoio à CPI, numa demonstração classificada por Ademir An-



Ademir: os que retiraram seus nomes do requerimento devem ser investigados pelos Conselhos de Ética

drade de inédita. O senador espera que a exposição de todos esses fatos leve à maior conscientização do povo em relação ao papel dos políticos.

— Os cidadãos que criticam a falta de honestidade dos políticos devem entrar para a política e praticar a honestidade — disse Ademir.

Heloísa condena “balcão de negócios” no Congresso

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) condenou o que chamou de “balcão de negócios”, que teria sido montado no Congresso Nacional, segundo informações da imprensa, para impedir a instalação da CPI da Corrupção. Ela apelou aos parlamentares para que viabilizassem a instalação da comissão parlamentar de inquérito, por se tratar de um instrumento constitucional do Legislativo.

— A CPI não é um instrumento ideologizado, programático e partidário, mas um instrumento constitucional, por ter poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Precisamos instalar a comissão para que não sejamos omissos, cúmplices da corrupção no governo. O Congresso deve cumprir a sua nobre missão de fiscalizar os atos do Executivo e não funcionar como se fosse um anexo arquitetônico do Palácio do Planalto — afirmou.

Citando textos do padre Antônio Vieira que ironizam e condenam a impunidade dos poderosos que, ao mesmo tempo, têm poderes para punir os mais fracos e pobres, ela declarou que o Congresso Nacional “não pode ser ofereci-

do como mercadoria, paga com montantes cada vez mais altos e inflacionados pelo governo”.

— Essa atitude não é boa para o Estado democrático. Se o Executivo nada teme, que ao menos libere a bancada governista para cumprir sua obrigação constitucional. A CPI seria o melhor testemunho da inocência do governo e seria o melhor instrumento eleitoral para a disputa do ano que vem — sugeriu, ao lamentar que o Congresso venha se apresentando para a sociedade como “um covil de ladrões tolerados”.



Para Heloísa, o Congresso “não pode funcionar como se fosse um anexo arquitetônico do Planalto”

Compra de parlamentares é um fato grave, diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) considerou um fato grave as denúncias de que parlamentares estariam sendo comprados pelo governo para retirar assinaturas do requerimento que cria a CPI da Corrupção. Para ele, essa prática e favores governamentais a parlamentares representam a mercantilização do Congresso.

Requião observou que o comportamento do governo já começa a refletir negativamente na sociedade. Como exemplo, informou que uma senhora, de nome Isolina Oliveira, que reside em Curitiba, chegou a ligar para ele para protestar contra a intenção do governo de impedir a qualquer custo a criação da CPI da Corrupção. Segundo o senador, dona Isolina mostrou-se disposta a montar uma espécie de fundo, com a finalidade de arrecadar recursos destinados à recompra de parlamentares que retiraram os res-



Requião anuncia fundo para “recomprar” parlamentares

pectivos nomes do requerimento de criação da CPI da Corrupção.

Baseado nessa idéia, durante a sessão do Congresso que recebeu o requerimento para a instalação da CPI, Requião disse que irá lançar um movimento popular para “recomprar” parlamentares se Fernando Henrique consegu-

guir negociar votos de parlamentares suficientes para impedir a instalação da CPI.

— Pelo número 0800 do Congresso as pessoas poderão contribuir com R\$ 5,00, R\$ 10,00 ou R\$ 15,00 para cobrir a oferta do presidente para comprar o deputado — disse, chamando o movimento de “FHC, devolva nossos parlamentares”.

Requião disse também que, com a retirada das assinaturas de deputados, após as negociações do governo, Fernando Henrique retirou da população o que restava de imagem positiva de seu governo.

Dutra prevê que investigação voltará a “aterrorizar” o governo

“Essa CPI é igual ao Fred Kruger (personagem do filme de terror *A Hora do Pesadelo* que sempre retorna para atormentar as pessoas), ela vai e volta com a certeza que vai continuar aterrorizando o governo, porque o governo tem muito medo de CPI, o que demonstra que ele deve muito”, disse o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) antes do início da sessão do Congresso, comentando a possibilidade de o governo ter conseguido a adesão do número suficiente de deputados para inviabilizar a instalação da CPI da Corrupção.

José Eduardo Dutra explicou que, se o pedido de instalação da CPI for arquivado, os parlamentares que querem investigar as denúncias de corrupção na administração federal podem apresentar outro requerimento retirando ou incluindo itens.



Dutra compara CPI a Fred Kruger: vai e volta com a certeza de continuar aterrorizando o governo

— Vamos estabelecer um processo de discussão com a bancada para definir o que fazer, porque entendemos que a CPI é necessária para passar este país a limpo e a sociedade quer que o Congresso apure todas essas falcatruas — afirmou.

Já o senador Carlos Wilson (PPS-PE) disse que, se o governo conseguir impedir a instalação da CPI, “o país inteiro vai tomar conhecimento de que quem chefou esse ‘acordão’ foi o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso”. Ele acrescentou que encanou com tristeza o clima de euforia dos líderes do governo na sessão do Congresso de ontem, demonstrando que tinham conseguido o número suficiente de deputados para inviabilizar a CPI. “Fernando Henrique é o avalista da podridão do país”, opinou.



Carlos Wilson diz que “Fernando Henrique é o avalista da podridão do país”

Emilia diz que há "clima de guerra psicológica" em Brasília

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou ontem em Plenário que, nos últimos dias, Brasília tem vivido um "clima de guerra psicológica, de terror, de força, de poder, de influência". Segundo disse, o governo federal está pressionando parlamentares em



Para Emilia, "tropa de choque do governo" quer comprar consciência do parlamentar

relação à CPI da Corrupção, às investigações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, à febre aftosa no Rio Grande do Sul e até mesmo ao uso de recursos orçamentários.

Emilia denunciou que vem recebendo telefonemas anônimos com ameaças desde o começo da semana, e que "a tropa de choque do abafa do governo vem tentando comprar a consciência de parlamentares, inclusive do Rio Grande do Sul".

– Mas nós não vamos calar a

voz, vamos denunciar sim e esclarecer ao povo do Brasil e do Rio Grande do Sul que, mais uma vez, o nosso estado está sendo discriminado pelo governo.

A senadora acusou o Executivo federal de estar "retaliando e menosprezando" o seu estado. Ela criticou o governo federal por não ter tomado ações preventivas para o combate à febre aftosa que começa a afetar o rebanho bovino e bubalino (de búfalos) do Rio Grande do Sul.

– Quero fazer um apelo ao ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, para que ouça e respeite o Rio Grande do Sul. E o governo federal tem que assumir sua parcela de responsabilidade e culpa pelo atraso de 60 dias para vacinar o gado gaúcho, em face dos focos detectados anteriormente no Uruguai e na Argentina.

Requião questiona cancelamento da sessão em homenagem a Covas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que examine a decisão do presidente do Senado, Jader Barbalho, que cancelou a sessão especial de quarta-feira, dia 9, marcada para homenagear a memória do ex-governador Mário Covas. Para Requião, a decisão "agrediu e humilhou a família e amigos de Covas que vieram a Brasília participar das homenagens, bem como todos os parlamentares que assinaram o requerimento para que a sessão especial fosse realizada".

– O Regimento Interno e o Código de Ética do Senado podem enquadrar perfeitamente o presidente da Casa por quebra de decoro parlamentar – observou Requião. Ele estranha que Jader Barbalho tenha cancelado a sessão atendendo a pedido do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Roberto Requião viu na solicitação do deputado uma forma de adiar a leitura do requerimento de criação da CPI da Corrupção. "Se foi por causa disso, o ato de cancelamento da sessão em homenagem a Mário Covas é nulo, uma vez que, de acordo com o

Regimento Interno, requerimento de comissão parlamentar de inquérito não pode ser lido em sessão especial."

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também considerou "um absurdo e um ato de descortesia" o cancelamento da sessão especial em homenagem ao ex-governador paulista. Ele informou que dona Lila Covas, acompanhada de familiares e de cerca de 200 convidados, chegou a deslocar-se a Brasília para participar das homenagens.

JADER RESPONDE

O presidente do Senado, Jader Barbalho, informou que o cancelamento da sessão foi em virtude de apelo da direção do PSDB e do próprio autor do requerimento da homenagem, senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL).

– Esta Presidência, portanto, não atendeu a um pedido do governo, conforme insinuações, mas de um partido e do próprio autor do requerimento. Seria um desastre a Presidência do Senado não atender aos apelos – acrescentou. Jader informou que a homenagem a Mário Covas será marcada para a próxima semana.

PEC que combate a guerra fiscal será votada na terça

Também na sessão de ontem o Plenário rejeitou o texto que obriga o fabricante de veículos a garantir o fornecimento de peças por cinco anos

A votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende acabar com a "guerra fiscal" no país – competição entre os estados da Federação para atrair empresas por meio de concessão de incentivos fiscais – foi adiada para a próxima terça-feira,

dia 15. O adiamento foi determinado pela Mesa, a pedido do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), autor da emenda.

Na sessão de ontem, o Plenário do Senado rejeitou o substitutivo do senador Leomar Quin-



Waldeck Ornélas, autor da PEC, solicitou o adiamento da decisão

tanilha (PPB-TO) ao projeto de autoria do ex-senador João França (PPB-RR) que pretendia obrigar fabricantes e importadores de veículos, componentes e autopeças a garantir o suprimento aos consumidores por um período mínimo de cinco anos, no caso

de retirada de linha de um determinado modelo de veículo.

O líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PSDB-RR), tentou devolver o projeto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que pudesse ser aperfeiçoa-

do, explicou. Segundo afirmou, manter os mesmos componentes eletrônicos num veículo por cinco anos, como pretendia o substitutivo, "não é medida que beneficie o consumidor".

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) teve o mesmo entendimento e chegou a apoiar o retorno da matéria à CAS. O requerimento, contudo, foi rejeitado, partindo-se para a votação do substitutivo ao projeto, que acabou derrubado por 36 votos. Apenas 13 senadores votaram pela aprovação do texto, enquanto dois abstiveram-se. As lideranças do PSDB, do PFL e do PPS encaminharam votação contra o substitutivo. O Bloco Oposição liberou a bancada para que votasse como quisesse.

Ornélas critica o uso de MP para extinguir Sudam e Sudene

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) criticou ontem a extinção, por meio de medida provisória, das superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Segundo disse, as agências de desenvolvimento que estão sendo criadas no lugar não têm estrutura adequada para combater os desequilíbrios regionais. Além disso, afirmou, só terão recursos disponíveis para investimento até 2013.

– Essas agências já nasceram com atestado de óbito – declarou.

Conforme o senador, ao mesmo tempo em que extingue instituições com papel histórico no desenvolvimento regional, o governo federal se desobriga de cumprir sua parte na instalação e manutenção de infra-estrutura necessária ao bom desempenho econômico e social dos estados.

Exemplo disso, citou, é a péssima conservação das rodovias federais que cortam o estado da Bahia, principalmente a BR-242, importante corredor entre áreas de produção agrícola e o porto de Salvador.

Rocha anuncia fórum sobre prevenção e combate à cegueira

Da tribuna do Plenário, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) convidou os parlamentares e a sociedade a participar do Fórum Nacional sobre Oftalmologia que será realizado nos dias 30 e 31 de maio no auditório Petrônio Portela do Senado. No evento, patrocinado pelo Conselho Brasileiro de



Rocha também relatou os resultados da Conferência Nacional de Saúde

Oftalmologia, especialistas brasileiros e de outros países vão discutir, entre outros temas, a prevenção e a reversão da cegueira.

O senador se colocou à disposição do fórum para apresentar as propostas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos deficientes visuais. Segundo Rocha, o conselho tem promovido ações junto a escolas e, com o Ministério da Saúde, vem realizando mutirões de cirurgia de catarata.

Rocha comunicou ainda que participou, como representante da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da solenidade de divulgação do relatório final da 10ª Conferência Nacional de Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde. Estiveram presentes à solenidade representantes e conselheiros de diversas entidades da sociedade civil.

O trabalho dos coordenadores da conferência, que teve à frente a médica Rita Barata, tem conseguido, segundo o senador, congregar os fundamentos básicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar de acreditar que muitos passos ainda são necessários para a consoli-

dação do SUS, Rocha afirmou que não se pode negar que avanços foram obtidos. Porém, o senador reforçou a necessidade de o governo valorizar mais as políticas sociais, que, avalia, vêm sendo colocadas em plano secundário com relação às econômicas.

– No governo do presidente Fernando Henrique foi dada excessiva ênfase às questões econômicas, o que prejudicou a área social.

Em seu discurso, Rocha também pediu a transcrição de reportagem publicada pela imprensa do Amapá que relata as experiências de Antônio Pontes, político local falecido recentemente. Segundo o senador, que comunicou ao Plenário o falecimento, Antônio Pontes "foi uma voz autêntica e dinâmica em defesa do estado do Amapá, combatendo a ditadura militar".

Restrições à reeleição marcaram a semana

Uma das propostas aprovadas pelo Senado determina a renúncia do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem se candidatar. Também pode ter de renunciar o senador que, no meio do mandato, concorrer ao mesmo cargo

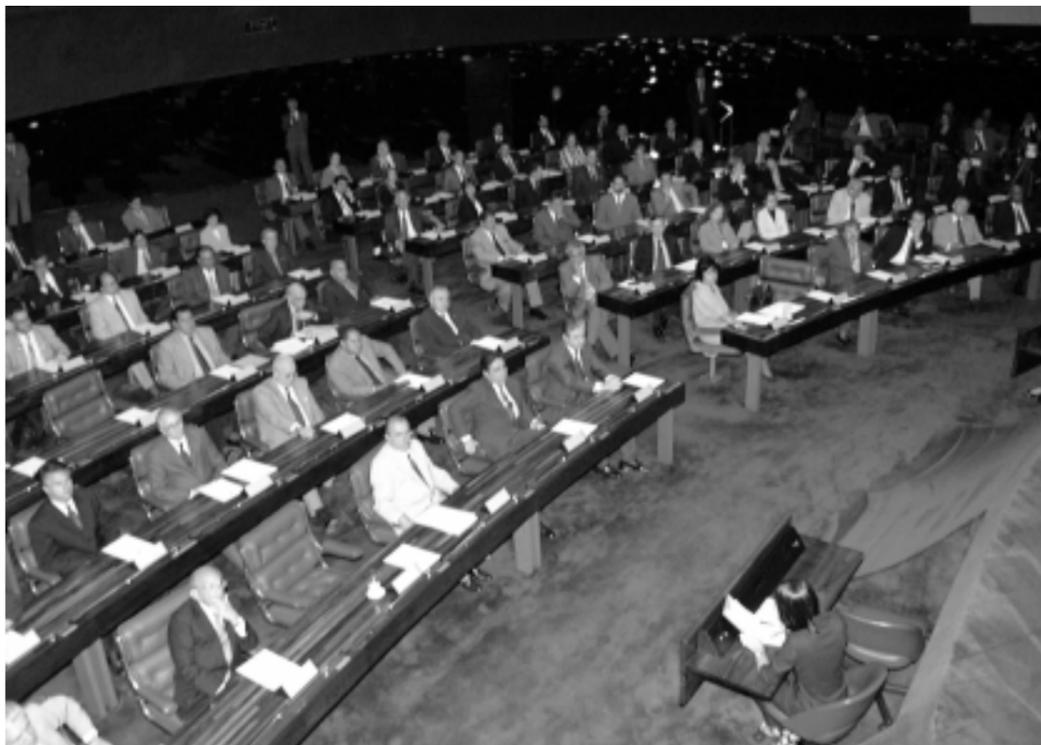
Duas iniciativas que restringem a reeleição marcaram as votações do Senado na semana que se encerra. Em primeiro turno, o Plenário aprovou proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) determinando a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem se candidatar. Nas últimas eleições, somente se afastou do cargo para disputar a reeleição quem quis. Na votação, foram registrados 50 votos favoráveis, 22 contrários e uma abstenção. O texto ainda precisa ser aprovado pelos deputados antes de ser promulgado.

Na mesma sessão, foi decidido que ficará inegável o senador que, no meio do mandato, resolver disputar nova eleição para o mesmo cargo. A decisão resultou da aprovação de substitutivo a projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). O texto

agora será examinado pela Câmara.

O Senado também aprovou projeto determinando que o governo identifique as áreas desertificadas existentes em todo o território nacional. O governo deverá exigir que elas sejam exploradas apenas mediante adequado plano de manejo, com o emprego de tecnologia capaz de interromper a desertificação e promover a recuperação da área. O mesmo texto determina que o poder público promoverá a pesquisa, geração e difusão de tecnologias capazes de impedir a desertificação.

Foram ainda aprovadas mensagens presidenciais indicando Ivan Oliveira Canabrava para o cargo de embaixador do Brasil no Japão e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça para representar o país em Moçambique. O Senado aprovou também decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento de dez emissoras de rádio.



A PEC que trata da reeleição de chefes dos executivos recebeu do Plenário 50 votos favoráveis

Renda mínima para o semi-árido foi destaque das comissões

No âmbito das comissões permanentes, o Senado aprovou esta semana programa de renda mínima para atender às populações das áreas semi-áridas atingidas pela seca. A medida está prevista em projeto do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que transforma o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, criado em 1998 pelo governo, em Programa Especial de Garantia de Renda Mínima.

O texto, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ainda vai ser examinado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Conforme o programa, de caráter permanente, os membros das famílias contempladas com a renda mínima deverão cumprir requisitos como frequência escolar, vacinação obrigatória e participação em programas de treinamento profissional.

A CAS também aprovou parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projeto que elimina a norma trabalhista segundo a qual as mulheres só podem fazer horas extras em casos excepcionais. Segundo a senadora, a distinção ficou sem eficácia com o princípio da isonomia entre homens e mulheres.

Foi aprovado ainda projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) determinando que pelo menos 4% dos aparelhos instalados em locais públicos pelas empresas prestadoras de serviço telefônico sejam destinados a atender pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e a usuários de cadeiras de rodas.

Em projeto terminativo, aprovado pela Comissão de Educação, foi decidido que o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), passará a chamar-se Aeroporto Internacional de Viracopos – Governador Mário Covas. A matéria foi relatada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que destacou “a figura do inescrutável político, um dos mais ilustres nomes da história do estado de São Paulo e do país”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que obriga o presidente do Banco Central a enviar à Comissão de Assuntos Econômicos, trimestralmente, os relatórios sobre inflação. O texto determina ainda que o presidente da instituição compareça pessoalmente à CAE, duas vezes ao ano, para explicar a execução da política monetária.

Já a CAE aprovou requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) criando subcomissão provisória para estudar e propor medidas que estimulem a indústria do turismo no país e também para acompanhar as políticas oficiais do setor. O objetivo é que sejam criadas condições para uma atuação conjugada entre todas as esferas de governo.

Também nesta semana, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar encerrou definitivamente as investigações concernentes à violação do painel de votações do Plenário. Ficou decidido que o relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apresentará seu parecer no dia 16. No documento, ele indicará se os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) quebraram, ou não, o decoro parlamentar por estarem envolvidos no episódio.

E a comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs) aprovou roteiro de trabalho prevendo a convocação de autoridades e representantes de entidades, assim como o envio de ofícios a órgãos do governo.



O programa que beneficia as populações pobres do semi-árido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h3 – *Cidadania* – O sen. Tião Viana e a professora Eliane Azevedo falam sobre a reprodução assistida
7h30 – *Entrevista* – As jornalistas Violeta Contreras e Katia Gil falam sobre a 1ª Conferência Latino-Americana de Mulheres
8h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
8h30 – *Saúde/Unip* – Impotência – Parte 1
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI do Roubo de Cargas (gravado)

14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Quem Tem Medo da Música Clássica* – J.S. Bach
19h30 – *Agenda Econômica* – Júlio Miragaya do Corecon/DF fala sobre a Alca e o Mercosul
20h30 – *Entrevista* – As jornalistas Violeta Contreras e Katia Gil falam sobre a 1ª Conferência Latino-Americana de Mulheres
21h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
21h30 – *Espaço Cultural* – Choros e chorões
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Show com a pianista Eudóxia de Barros
24h – *Quem Tem Medo da Música Clássica* – J.S. Bach

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Hartung quer agenda para melhorar competitividade

Ele sugere que, em vez de alimentarem um “falso dilema” quanto à adesão à Alca, governo e setor privado se articulem para definir formas de superar os pontos vulneráveis da economia e aumentar a participação do país no comércio internacional



Paulo Hartung: o primeiro desafio é se preparar para as negociações internacionais

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) conclamou o governo e o setor privado a se articularem em torno de uma agenda de superação das vulnerabilidades e do aumento da competitividade da economia brasileira, com vistas a obter uma parcela maior do comércio internacional. Para ele, se o Brasil se preparar para isso, “terá um futuro melhor”, participando ou não da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo Hartung, é um “falso dilema” tratar a adesão à Alca como

ameaça ou oportunidade. Na verdade, sustentou, o Brasil precisa resolver aspectos fundamentais de comércio internacional, tais como custo de crédito, questão tributária e articulação de uma política agrária e industrial com o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Ele lembrou que, em consequência da disputa entre Brasil e Canadá sobre a suposta contaminação do gado brasileiro com o mal da vaca louca, “o assunto comércio exterior deixou os gabinetes e chegou ao

Brasil de carne e osso. E parece que chegou para ficar”, afirmou.

Para o senador, essa nova postura ficou clara na 29ª reunião da Seção Nacional de Coordenação de Assuntos Relativos à Alca (Senalca) realizada no Ministério das Relações Exteriores, no início da semana, quando representantes de diferentes setores do governo e organizações não-governamentais (ONGs), além de empresários e trabalhadores, concordaram com a tese de que os próximos 12 meses serão cruciais

para a preparação da posição brasileira nas negociações.

O primeiro desafio, disse, é a capacitação para as negociações internacionais, integrando esforços públicos e privados com a participação da sociedade nas discussões. “Assim, estaríamos mais capacitados para promover a integração do Mercosul, bem como para as negociações internacionais com a União Européia e no âmbito da Organização Mundial do Comércio”, concluiu Paulo Hartung.

Ricardo Santos manifesta temor em relação à Alca

O impacto da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sobre as relações comerciais entre os países do continente americano foi analisada ontem em Plenário pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Ele destacou a posição do governo brasileiro de priorizar a consolidação do Mercosul e condicionar a implantação do novo bloco econômico à eliminação de subsídios e barreiras protecionistas que inibem as exportações latino-americanas para os Estados Unidos e Canadá.

Convicto de que a Alca poderá representar “a mais complexa e ousada proposta de união comercial na história do comércio internacional”, Ricardo Santos elogiou a disposição do Brasil, expressa na reunião da Terceira Cúpula das Américas, no Canadá, de exigir que esse bloco se constitua em instrumento de abertura de oportunidades de negócio e redução de desigualdades entre os parceiros comerciais do continente.

Lançada em 1994, a Alca pretende unir comercialmente um conjunto de países com uma população de 800 milhões de habi-

tantes e Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 11 trilhões. Ricardo Santos alerta, no entanto, que sua implantação não depende apenas da superação de barreiras tarifárias. “Interessa ao Brasil discutir as limitações impostas aos

produtos brasileiros nos Estados Unidos por meio de barreiras não-tarifárias, como os subsídios e as políticas *antidumping* incidentes sobre o aço, produtos agropecuários e calçados”, informou. Segundo o senador, também interessa ao Brasil incluir na pauta da Alca o acesso à tecnologia, a proteção ao meio ambiente, a regulação dos fluxos de investimentos e as políticas de saúde e educação.

A preocupação de Ricardo Santos com a Alca foi endossada pelos senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Geraldo Cândido (PT-RJ). “Esse é um tema decisivo para o



Santos: Alca pode ser “a mais ousada proposta de união comercial da história”

futuro das relações comerciais do Brasil com o mercado externo”, afirmou Hartung, sugerindo sua inclusão na agenda do Congresso em 2001. Suplicy concordou com a proposta de Hartung e lembrou que o Congresso dos Estados Unidos já vem participando desse debate e influenciando as decisões do governo norte-americano nessa área.

Suplicy também informou que vai encaminhar às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) uma proposta de trabalho para a audiência pública conjunta a ser realizada, em junho, sobre a Alca. Cândido teme que o bloco consolide a hegemonia dos Estados Unidos no continente americano. Diante das incertezas em torno dos reais objetivos desse bloco econômico, Suplicy lembrou que a CUT já está propondo um plebiscito nacional sobre a adesão do Brasil à Alca.

Projeto de Saturnino disciplina fundo tecnológico

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ocupou a tribuna ontem para anunciar a apresentação de projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Entre as várias medidas propostas, está a criação do conselho diretor do Fundo, que irá traçar toda a política de aplicação de recursos e detalhar programas e ações a serem

desenvolvidos por esse instrumento de financiamento. Saturnino informou que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico existe há mais de 30 anos, mas de uns tempos para cá vem sendo administrado de forma precária, comprometendo toda a política científica e tecnológica do país. Segundo informou, o FNDCT, presidido

pelo presidente da República, reúne-se apenas uma vez por ano, o que demonstra o descaso com que o fundo é administrado.

— Chegou a hora de o Congresso Nacional regulamentar o FNDCT, fundo que considero importante para o desenvolvimento do país, a fim de que as áreas científica e tecnológica ganhem um novo impulso — afirmou Saturnino.

Cândido responsabiliza governo por crise no abastecimento elétrico

Em discurso no Plenário, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) responsabilizou o governo pela “tragédia energética” que o país está vivendo, com a previsão de racionamento de energia, apagões e consequente prejuízo ao crescimento da economia. Ao desmobilizar as empresas do setor elétrico, disse Cândido, o governo acabou com o planejamento integrado e impediu novos investimentos.

— Tentar dizer, como vem tentando fazer o governo, que um ano de pouca chuva é o suficiente para gerar o colapso energético em que o país está é mentir descaradamente e duvidar da inteligência de todos — declarou o senador.

Na opinião de Cândido, a falta de investimentos no setor energético foi causada pela “fé fundamentalista do governo no mercado”, que esperava o aporte de recursos privados. Mas, afirmou, o capital especulador só se interessou por apropriar-se dos ativos já em operação, com retorno imediato e muito lucrativo.

Como exemplo da responsabilidade do governo na ameaça de falta de energia, o senador citou a situação de Furnas, impedida pela equipe econômica de construir uma linha de transmissão entre o Sul e o Sudeste, que poderia ter sido concluída ano passado, diminuindo o déficit de energia em grandes centros como São Paulo.

Cândido pediu ainda o afastamento do diretor-geral da Agência Naci-



Geraldo Cândido: governo privatizou sem garantir continuidade dos serviços

onal de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, por acreditar que o dirigente manipulou números, afirmando que houve crescimento na oferta de energia para iludir a população.

— Pode-se responsabilizar o governo por prática dolosa ao assumir o risco de desmontar o setor elétrico, privatizando sem dar garantia de continuidade do serviço. O presidente Fernando Henrique e os condutores da política econômica são os responsáveis por essa crise e têm que responder por ela, até mesmo com seus cargos — afirmou Geraldo Cândido.

O senador considera que as consequências de blecautes e apagões podem ser trágicas, com o aumento da violência e do desemprego. Ele condenou ainda a privatização de Furnas e da Eletronorte, ressaltando que muitos países estão trilhando o caminho inverso.

Em aparte, Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que “o governo está perdido e não sabe como vai fazer o racionamento”. Hartung acredita que a crise energética é mais grave que a crise política, “pois atinge diretamente a população e ameaça o crescimento da economia”.

Roberto Requião (PMDB-PR) destacou que, apesar de o Paraná apresentar superávit na geração de energia, a inexistência de rede de transmissão impede a distribuição da eletricidade para outras regiões do país. Ele também culpou a “desacertada política de privatização do governo” pela falta de energia.

Ricardo Santos quer menos violência na TV

Presidente da Comissão de Educação defende esforço das emissoras para ajudar a construir a cidadania. “É preciso mostrar bons exemplos, experiências exemplares”, afirma

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), manifestou ontem ao presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto, sua preocupação com a exibição de programas televisivos, no horário nobre, contendo cenas de violência. Ele informou que o tema, ao lado de outros relativos ao papel social dos meios de comunicação, deverá ser objeto de audiência pública. Já o presidente da Abert expressou a apreensão da entidade com medida provisória que confere ao Executivo o poder de expedir, em caráter provisório, licença de funcionamento de serviço de radiodifusão comunitária.

Em encontro que durou quase uma hora, Ricardo Santos e Paulo Machado de Carvalho Neto trocaram idéias sobre o conteúdo da programação de televisão. O senador comentou que programas exibindo cenas violentas vão ao ar entre as 20h e as 22h, manifestou o desejo de conhecer o código de ética das emissoras e quis saber do presidente da Abert em que medida os meios de comunicação poderiam contribuir para a construção da cidadania, a valorização das



Ricardo Santos teve encontro com o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto

manifestações culturais locais e a adoção de uma estratégia de prevenção da violência.

— É preciso mostrar bons exemplos, experiências exemplares — sugeriu.

O presidente da Abert defendeu o entendimento de que o caminho para a melhora da programação é a auto-regulação, “que parte de uma conscientização interna, dos empresários”, e disse que os problemas são pontuais e específicos, existindo “eventuais excessos”. Ele acrescentou que a radiodifusão presta um grande serviço ao país,

nos aspectos de integração e produção nacionais e na melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

— O grande controle da radiodifusão é feito pela própria sociedade e cabe a ela lutar pelo que quer ouvir e assistir — completou.

Paulo Machado de Carvalho Neto disse ainda que gostaria que Ricardo Santos encontrasse na Abert as portas abertas para o intercâmbio de idéias “de maneira transparente e sem subterfúgios”. O presidente da CE, por sua vez, afirmou que quer maior interação da comissão com entidades ligadas

aos temas pertinentes a suas atribuições — educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia e comunicação.

Em relação à medida provisória, o presidente da Abert disse que as emissoras de radiodifusão que funcionam ilegalmente não afetam comercialmente as médias e grandes emissoras, mas ocupam de maneira descontrolada o espectro eletromagnético, que é finito, o

que prejudica a audiência das emissoras. Acrescentou que o interesse da Abert é pela regularização das rádios comunitárias. Ricardo Santos comprometeu-se a reunir-se com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para tratar da possibilidade de alteração na MP, e defendeu a simplificação do processo legislativo de autorização para o funcionamento das emissoras de rádio e televisão.

São associadas à Abert 2.200 emissoras de rádio e 370 de televisão, segundo informou o seu presidente.



Antero Paes de Barros espera que filme sobre a vida de Sucksdorff o torne mais conhecido no Brasil

Antero lamenta morte de cineasta sueco defensor do Pantanal

Ao registrar em Plenário ontem o falecimento do cineasta, escritor, roteirista, fotógrafo e ecologista sueco Arne Sucksdorff, ocorrido no dia 4, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que sua morte foi uma grande perda para o país.

Antero lembrou que Sucksdorff, que morou durante mais de 30 anos em Cuiabá, viveu por dois anos no Pantanal, como índio, “abandonando o cinema para viver com se estivesse num filme”. Nascia então, disse o senador, “uma outra carreira brilhante, a de ecologista”. Sucksdorff foi um ardoroso defensor do Pantanal, recordou Antero, muito antes do boom do ambientalismo da década de 80. Essa paixão pela natureza levou a imprensa brasileira a chamá-lo de “o viking das selvas”.

Enquanto morou em Cuiabá, acrescentou o senador, Sucksdorff liderou movimentos em favor do Pantanal, fotografou, registrou imagens e denunciou toda e qualquer agressão àquele ecossistema. O acervo completo dos trabalhos fotográficos de Sucksdorff encontra-se atualmente no Museu da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso, fundado em 1995.

Antes de chegar ao Brasil, em 1962, Sucksdorff já havia realizado 15 longas e diversos curtas-metragens, tendo recebido um Oscar de melhor documentário com o filme *Ritmo da Cidade*, uma Palma de Ouro no Festival de Cannes por *A Grande Aventura*, e o prêmio de melhor filme do Festival de Veneza, pela realização de *O Vento e o Rio*.

— O Brasil infelizmente pouco conheceu Sucksdorff. Essa injustiça talvez esteja sendo corrigida com o lançamento do filme *Uma Vida Dividida*, que conta parte de sua vida — disse o senador.

Cabral destaca prêmio da CNN à TV Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou ontem a concessão à TV Amazonas, pela rede de televisão americana CNN, do “certificate of notable activity” (certificado por excelência na atividade). Ficando atrás apenas da



Cabral: TV Amazonas mereceu maior destaque do que grandes emissoras do país

emissora cubana CubaVision e da espanhola TV Galicia, a televisão de seu estado, segundo o senador, mereceu maior destaque do que grandes emissoras da região Sudeste e até do exterior.

Os vencedores serão anunciados em uma conferência que se realizará em Atlanta (EUA) no próximo dia 30. Emissoras do mundo inteiro receberão prêmios em categorias que vão da me-

lhor reportagem policial à melhor reportagem de arte. Também serão homenageadas as emissoras que se destacaram por seus trabalhos sobre ciência e tecnologia, além de outros temas de relevância.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) uniu-se a Cabral na homenagem prestada à Rede Amazônia de Televisão — TV Amazonas. “Faço votos de que a emissora continue a progredir na transmissão de programas de elevado valor cultural”, declarou. Lando também destacou o trabalho do canal Amazon Sat em Rondônia, que considerou fundamental à fixação dos colonos na região amazônica, ao transmitir educação, informação e entretenimento.

Aprovadas renovações e novas concessões de rádio

O Senado aprovou ontem atos que renovam concessões já existentes e concedem outras novas para o funcionamento de serviços de radiodifusão em diversos pontos do país.

As seguintes emissoras tiveram suas concessões renovadas: Rádio AM Show, em Jardinópolis (SP); Radiodifusão Cidade Alta, em Apuracana (PR); AM Produção e Eventos, em Coari (AM); e Sistema de Comunicação AM Produções, em Alvarães (AM).

As novas concessões aprovadas pelo Plenário beneficiam a Associação Rádio Comunitária Belo Horizonte, para executar serviços de radiodifusão comunitária em Manaus (AM); Fundação Assistencial, Educacional e Cultural Áudio, para operar em Francisco Morato (SP); e Associação Batataense Cultural (ABC), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Batatais (SP).

Durante a votação, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo aos senadores e ao Ministério das Comunicações para que seja simplificado o processo de concessão e de renovação de concessões já existentes para exploração de serviços de rádio e de TV. Ele disse que há uma fila de 600 pedidos de concessão a rádios comunitárias no Ministério e lamentou que as renovações e mesmo as concessões não sejam decididas em caráter terminativo na Comissão de Educação (CE), sendo encaminhadas à deliberação do Plenário após exame do Ministério das Comunicações e da CE.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Antero Paes de Barros e Moreira Mendes